

EDITAL Nº 004/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2018

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC), pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001-99, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Conjunto 1004 e 1005, Centro, CEP 88101-560, Florianópolis/SC, representada por sua Presidente, comunica a quem interessar que realizará licitação, na modalidade **Tomada de Preço**, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, nos termos aqui dispostos.

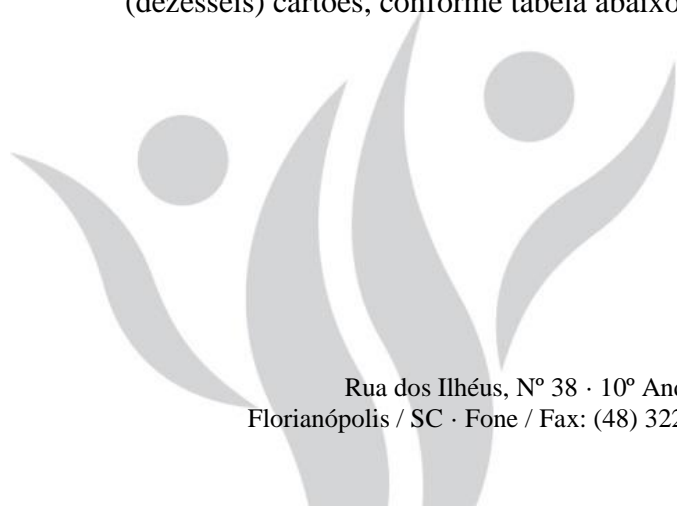
A presente licitação rege-se pelas normas estabelecidas neste Edital e, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e demais legislação em vigor. O Edital com seus anexos poderão ser retirados na sede do CRESS/SC (endereço supracitado) ou no *site* www.cress-sc.org.br.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1O procedimento licitatório tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC.

2. DO VALOR E DA QUANTIDADE ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A quantidade estimada de cartões alimentação e refeição é de aproximadamente 16 (dezesesseis) cartões, conforme tabela abaixo:



Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança				
Benefício/Auxílio	Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
Alimentação	08	22	R\$ 27,07	R\$ 595,54
Refeição	08	22	R\$ 24,01	R\$ 528,22

2.2. O valor mensal por colaborador em cada cartão é meramente estimativo, uma vez que é fixo apenas o valor do auxílio alimentação. O valor global estimado de crédito mensal pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em todos os cartões, é de R\$ 8.990,00 (oito mil novecentos e noventa reais), sendo variável, pois é decorrente do número de funcionários contratados e dispensados, e do número de dias efetivamente trabalhados. Portanto **não é assegurado à Contratada um valor mínimo mensal.**

2.3. Os valores faciais fixos diários dos auxílios alimentação e refeição poderão sofrer reajustes a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

2.4. Por se tratarem de meras estimativas referenciais de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão pela qual não poderão ser exigidos e nem considerados como valores para pagamentos mínimos, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CRESS 12ª REGIÃO/SC, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

2.5. Para fins de proposta e contratação, será admitida a oferta de taxa de administração negativa (inferior a zero por cento).

2.6 O preço global anual orçado (valor orçado para o ano de 2018) para presente contratação é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais). Até o presente momento, o valor anual estimado é de R\$ 107.880,00 (cento e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

3. DAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. O auxílio alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.2. O auxílio refeição deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição de refeições prontas nos



estabelecimentos credenciados.

3.3. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados com nome do usuário/colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão social do CRESS 12ª REGIÃO/SC e numeração de identificação sequencial, conforme disposto na legislação aplicável.

3.4. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização. A validade de cada cartão deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data de emissão.

3.5. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação deverão possibilitar a utilização do auxílio alimentação pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na aquisição de gêneros alimentícios “in natura”, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e devem contemplar todas exigências do item 5 do presente instrumento.

3.6. Os cartões com chip eletrônico de segurança refeição deverão possibilitar a utilização do auxílio refeição pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na aquisição de refeições prontas, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e e devem contemplar todas exigências do item 5 do presente instrumento.

3.7. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC durante a contratação, que possui credenciamento com pelo menos 06 (seis) das seguintes redes de super/hipermercados listadas a seguir: Supermercados Angeloni; Supermercados Big; Supermercados Bistek; Supermercados Giassi; Supermercados Imperatriz; Supermercados Hippo; Supermercados Fort Atacadista; Supermercados Brasil Atacadista; Supermercados Rosa; Supermercados Hiperbom.

3.8. Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação e os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.9. O reembolso às empresas credenciadas deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do Contrato, ficando claro que o CRESS 12ª REGIÃO/SC não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.



3.10. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.11. Será exigida da Contratada, durante a contratação, a manutenção de seu registro e de responsável(eis) técnico(s) nutricionista(s) em seus quadros no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados, conforme Lei Federal n.º 6839/80, Lei Federal n.º 6583/78 - Art. 15, Parágrafo único e Resolução CFN 378/05 - Art. 2º, Inciso VII; Art. 11; Art. 12.

3.12. A Contratada deverá manter durante a contratação rede de credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, em número suficiente para o atendimento do quadro funcional do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.12.1 Além dos restaurantes, poderão ser credenciadas as redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.13. A contratada deverá garantir que os vales fornecidos serão aceitos em uma rede credenciada de grande porte, de forma a viabilizar a utilização plena e satisfatória por parte dos empregados do CRESS/SC.

3.14. É considerada de grande porte a rede credenciada que possua, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados para vale alimentação e 900 (novecentos) estabelecimentos credenciados para vale refeição especificamente na região metropolitana de Florianópolis.

3.15. A licitante vencedora deverá disponibilizar através de seu site ou enviar por endereço eletrônico mensalmente ao CRESS/SC a relação atualizada dos estabelecimentos com os quais mantenha convênio, informando as inclusões e exclusões.

3.16. A Contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.17. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, nos locais por ele designados.

3.18. O prazo para a disponibilização dos créditos deverá ser de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.19. Os cartões alimentação e refeição de trabalhadores ativos que permanecerem sem utilização e sem créditos por um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias, apenas poderão ser cancelados mediante autorização do CRESS 12ª REGIÃO/SC, e desde que os referidos cartões não possuam créditos.



3.20. Os créditos disponibilizados nos cartões deverão ser cumulativos.

3.21. A Contratada, quando solicitado pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, deverá disponibilizar relatórios gerenciais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com as seguintes informações mínimas:

3.21.1. Nome do colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.21.2. Local, data e valor da utilização dos créditos pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na rede de estabelecimentos credenciados/afiliados;

3.21.3. Quantidade de cartões com chip eletrônico de segurança alimentação/refeição reemitidos para cada colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.22. Deverão ser disponibilizados os seguintes serviços para os/as trabalhadores/as/usuários dos cartões alimentação e refeição:

3.22.1. Consulta de saldo e extrato do cartão com chip eletrônico de segurança refeição e alimentação via internet;

3.22.2. Consulta de rede credenciada/afiliada atualizada via internet;

3.22.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.22.4. Solicitação de segunda via de cartão com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição e solicitação de segunda via de senha através de central telefônica.

3.23. A Contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento aos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC, com horário de funcionamento nos dias úteis de, no mínimo, das 08h00 às 18h00.

3.24. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em relação à execução dos serviços contratados.

3.25. Os custos com a emissão e envio das primeiras vias dos cartões ao CRESS 12ª REGIÃO/SC é de inteira responsabilidade da Contratada.

3.26. Os cartões deverão ser encaminhados à Sede do CRESS 12ª REGIÃO/SC, situada na Rua dos Ilhéus, nº 38, sl 1004/1005/1006, Centro, CEP: 88.010-560, Florianópolis/SC.

4. DA HABILITAÇÃO PRÉVIA

4.1. Para participar da presente licitação, o proponente deverá estar inscrito no Registro de Fornecedores do CRESS/SC, com certificado que esteja em vigor, inclusive em relação à documentação nele contida.



4.2. Para efeitos de cadastramento as empresas ainda não registradas deverão apresentar o formulário preenchido e a documentação exigida até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, conforme prevê a Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

4.2.1. Os Documentos de Habilitação poderão ser entregues pelo correio ou pessoalmente pelo representante da empresa licitante, na sede do CRESS/SC até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas, em envelope individual, não transparente, indevassável, fechado ou lacrado e identificado conforme indicado a seguir:

CRESS – 12ª R
EDITAL Nº 04/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018
ENVELOPE N. 1 – HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

4.3. Para participar do processo licitatório os interessados deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

4.3.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, se for empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de prova da eleição de seus administradores, também devidamente registrada;
- c) A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- d) Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

4.3.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) rova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e o INSS (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa);
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (CND ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa).



e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (CND ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa);

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS);

4.3.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidões negativas de falência ou concordata expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica proponente, com validade máxima de 60 (sessenta) dias da entrega dos envelopes.

4.3.4 Relativos à Qualificação Técnica:

a) Apresentação de, no mínimo, 03 (três) atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o proponente executou serviços de acordo com o objeto desta licitação. Os atestados deverão ser apresentados, necessariamente, em papel timbrado; conter nome e CNPJ/MF da empresa contratante; nome e assinatura do responsável pela emissão do atestado;

b) Apresentação de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público, conforme descrito no Anexo IV;

c) Apresentação de declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme descrito no Anexo V;

d) Comprovação de Inscrição/Registro da Licitante no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, tanto na categoria refeição convênio, como na categoria alimentação convênio, nos termos da Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto n.º 5, de 14 de janeiro de 1991, e da Portaria n.º 03, de 1º de março de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE;

4.3.5 Relativos à Lei Complementar n. 123/2006

a) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da lei Complementar 123/06 deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador responsável pela contabilidade da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Certidão emitida pela Junta Comercial, juntamente com todos os demais documentos previstos no item 6 deste Edital.

b) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) gozarão dos mesmos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/06 conforme o disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/07, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 6 deste Edital.

4.3.6 Disposições Gerais de Habilitação: Os documentos necessários à habilitação que não forem obtidos eletronicamente devem ser apresentados em cópias, desde que autenticadas através de cartório competente ou pela Comissão de Licitação mediante apresentação dos



respectivos originais;

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas que conheçam e atendam a todas as condições/exigências estipuladas no presente edital e seus anexos bem como que apresentem a documentação exigida.

5.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, ou empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e/ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o CRESS/SC.

5.3. A participação de licitantes em regime de consórcio não será admitida.

5.4. Os licitantes são obrigados a declarar a idoneidade para licitar e/ou contratar com o Poder Público.

5.5. Qualquer manifestação em relação à presente licitação, ainda que pela via eletrônica, fica condicionada à apresentação de documento de identificação, por meio de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida e, sendo sócio representante legal, mediante apresentação de cópia autenticada do contrato social e documento de identidade.

6. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

6.1. Os editais serão disponibilizados a partir de 11/09/2018, pessoalmente ou por e-mail, bem como estarão disponíveis no *site* e na sede do CRESS/SC.

6.2. As propostas serão apresentadas pelas proponentes até às 15h do dia 26/09/2018, na sede do CRESS/SC, com endereço na Rua dos Ilhéus, n. 38, Ed. Aplub, sala 1005, CEP 88010-560, Florianópolis – SC, admitindo-se a remessa dos envelopes de habilitações e propostas também pelos correios, desde que recebidas pelo CRESS/SC até as 15h do dia 26/09/2018. Quando recebidas, o CRESS/SC fará o correspondente protocolo.

6.3. As interessadas em participar do certame deverão estar cadastradas no Registro de Fornecedores do CRESS/SC até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas, sem prejuízo da data e hora final para apresentação de propostas, devendo entregar a documentação no prazo estabelecido no item 4.2.

6.4. Durante o prazo iniciado em 11/09/2018 (6.1.) e encerrado em 26/09/2018 (6.2.) o CRESS/SC manterá sempre uma pessoa em sua sede no local para prestar esclarecimentos aos interessados. Além disso, quaisquer pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos por e-mail no endereço licitacao@cress-sc.org.br.

6.5. Havendo indeferimento de habilitação, o licitante será intimado para interposição de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, alterando-se as datas posteriores, se necessário.

6.6. O julgamento das propostas e análise das habilitações prévias através da apresentação do certificado de registro cadastral ocorrerá em às 14h do dia 05/10/2018.



6.7. Analisados os termos de credenciamento serão lançados em ata os nomes dos representantes dos licitantes presentes.

6.8. Abertos os envelopes das propostas e decididas as habilitações prévias através da apresentação do certificado de registro cadastral, ocorrerá a análise das propostas.

6.9. Presentes os representantes das proponentes e não havendo intenção destas recorrerem, serão assinados termos de desistência de recurso e declarada a vencedora já no dia 05/10/2018.

6.10. Ausente algum dos representantes ou, ainda que presente, manifestando o interesse de recorrer, será aberto o prazo para recursos, que poderão ser interpostos até às 14h do dia 15/10/2018, ficando o julgamento já marcado para às 14h dia 17/10/2018, independentemente de nova intimação.

6.11. Caso sejam necessários maiores esclarecimentos, deverão ser feitos questionamentos por escrito e entregues pessoalmente na sede do CRESS/SC ou enviados para o e-mail licitacao@cress-sc.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO:

7.1. O Credenciamento para participar das sessões deste procedimento licitatório dar-se-á através da entrega do Termo de Credenciamento referido no Anexo III, ou Instrumento de Procuração Pública ou Particular com poderes específicos para tal atividade, documento este que não integrará os envelopes de habilitação e proposta de preço.

7.2. A não apresentação do referido Termo ou Procuração não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se em nome da licitante como seu representante nas sessões de abertura dos envelopes, sobre qualquer decisão adotada pela Comissão de Licitação, bem como de fazer qualquer consignação em ata e de proceder à reclamação perante o CRESS/SC.

7.3. O Termo de Credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes, antes do início da sessão para abertura dos envelopes.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO (Envelope N° 2):

8.1. As Propostas de Preço poderão ser entregues pelo correio ou pessoalmente pelo representante da empresa licitante, na sede do CRESS/SC em envelope individual, não transparente, indevassável, fechado ou lacrado e identificado conforme indicado a seguir:

CRESS – 12ª R
EDITAL N. 04/2018
TOMADA DE PREÇOS N. 04/2018
ENVELOPE N. 2 – PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

8.2. A Proposta de Preço deverá ser efetuado nos termos do Anexo III do presente edital.



devendo, obrigatoriamente ser apresentada em uma única via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa, devidamente datada e assinada.

8.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

8.4. Ser apresentada para atender ao objeto deste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional, expressa em algarismos e por extenso;

8.4.5. Conter o percentual referente à taxa administrativa, que poderá ser negativa;

8.4.6. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

8.4.7. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

8.4.8 Não serão consideradas propostas que considerem redução sobre o preço oferecido pelos demais licitantes.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será proclamado vencedor pela Comissão de Licitação o proponente que apresentar o menor percentual referente à taxa administrativa, onde deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos.

9.2. A Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada;

9.3. A Comissão de Licitação poderá transferir o julgamento da Habilitação e/ou da Proposta de Preço para data posterior, caso julgue necessário mais tempo para avaliação dos documentos, sendo tudo consignado na ata dos trabalhos;

9.4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação;

9.5. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação;

9.6. As propostas que não atenderem às condições desta licitação, que oferecerem vantagens nela não previstas ou que contiverem preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis ou, ainda, que se basearem em ofertas de outros licitantes, serão desclassificadas ou desconsideradas, conforme o caso;

9.7. O número de casas decimais após a vírgula da taxa administrativa não deverá ser superior a 02 (dois);

9.8. A participação no presente certame licitatório implica somente em expectativa de direito à contratação, cuja efetivação poderá ou não ser realizada no estrito interesse da Administração;



9.9. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem os termos deste Edital.

9.9.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

9.9.2. Ocorrendo o empate na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

II – Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.3. deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e forma prevista no item acima;

III – Se houver duas ou mais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma dos incisos anteriores.

9.10. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências deste Edital, será declarado vencedor o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor (percentual) de taxa de administração.

9.11. O disposto nos itens 9.9. e 9.10 deste Edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.12. As demais hipóteses de empate terão como critério de o número de estabelecimentos credenciados, declarando-se vencedora a empresa que possuir o maior número.

9.13. Caso, após a aplicação do item 9.12, as empresas permaneçam em empate, será realizado sorteio para escolha da vencedora.

9.14. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o CRESS/SC poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, livres das causas que ensejaram a sua desclassificação.

9.15. A decisão da Comissão de Licitação somente será considerada definitiva após homologação do CRESS/SC;

9.16. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de quaisquer requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada;

9.17. A autoridade competente, a qualquer tempo, poderá desclassificar o licitante



vencedor, mediante despacho fundamentado, sem que caiba direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade financeira, técnica ou administrativa, quando for o caso;

9.18. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

10. DOS RECURSOS

10.1. É admissível a interposição de recursos em qualquer fase da licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da Ata, nos casos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

10.2. Qualquer impugnação relativa ao presente Edital deverá ser protocolada até 05 (cinco) dias úteis da data de abertura dos envelopes de habilitação, conforme previsto no artigo 41, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, em igual prazo, encaminhá-lo devidamente informado para apreciação e decisão do Presidente do CRESS/SC.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. Caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, da decisão que aplicar a sanção da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.7. Todos os documentos recursais deverão ser protocolados tempestivamente na sede do CRESS/SC pessoalmente ou pelo correio.

11. DA FORMALIZAÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO E DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO LICITAÇÃO

11.1. Homologada a adjudicação, será convocada a vencedora da licitação, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sofrendo ainda as penalidades a que alude o artigo 81 da Lei 8.666/93.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

11.3. Com a adjudicação da vencedora, as demais candidatas ficarão em lista de espera.

11.4. Não comparecendo o convocado, pode a administração convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para formalizar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com este Edital, ou revogar a licitação.

11.5. Durante todo o período de duração do Contrato, caso a vencedora deixe de prestar serviço ao CRESS/SC, as candidatas habilitadas, segundo a ordem de colocação, poderão



assumir o contrato pelo tempo restante.

11.6. As habilidades que ficarem em lista de espera serão comunicadas caso a vencedora do certame deixe de prestar serviços ao CRESS/SC durante a vigência do Contrato.

11.7. O preço a ser pago na situação descrita em 10.6. será compatível com a proposta oferecida pela vencedora. Caso a segunda colocada não aceite o preço, será chamada a terceira colocada e, assim, sucessivamente.

11.8. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

11.9. A prestação dos serviços deverá iniciar-se no primeiro dia útil subsequente ao da assinatura do Contrato.

11.10. O Contrato poderá ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite total de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

11.10.1. Quando os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do Contrato;

11.10.2. A Contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

11.10.3. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

11.10.4. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o CRESS 12ª REGIÃO/SC;

11.10.5. A Contratada concorde expressamente com a prorrogação.

11.11. Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

11.12. Não será admitida a subcontratação dos serviços ora contratados.

11.13. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CRESS 12ª REGIÃO/SC, e com a apresentação das devidas justificativas.

11.14. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, ter adiada sua realização ou transferida sua abertura para outra data, mediante prévio aviso.

11.15. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93.

11.16. A nulidade da presente licitação induz à nulidade do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93.

12. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO



12.1. O CRESS 12ª REGIÃO/SC pagará à Contratada os valores correspondentes aos valores dos créditos encomendados para os auxílios refeição e alimentação, acrescidos/subtraídos da Taxa de Administração única incidente sobre cada valor de encomenda de cada benefício.

12.2. Estão incluídos no valor de cada encomenda todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos desta contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objeto desta contratação, sem que caiba à Contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRESS 12ª REGIÃO/SC.

12.3. Os pedidos de auxílio-alimentação e auxílio-refeição poderão ser efetuados pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC concomitantemente, ou em datas e com valores diferenciados, razão pela qual o faturamento de cada auxílio deverá ser gerado separadamente com o encaminhamento de notas fiscais/faturas distintas.

12.4. A cada encomenda de crédito, a Contratada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humano do Contratante, para fins de liquidação e pagamento, a nota fiscal/fatura referente aos créditos encomendados, conforme itens 12.1 e 12.2, em 02 (duas) vias.

12.5. A nota fiscal/fatura deverá indicar os dados bancários da Contratada, para fins de depósito dos pagamentos devidos. O pagamento será efetuado pelo Contratante mediante ordem bancária creditada em conta corrente da Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

12.6. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao Fiscal do Contrato ou a outro servidor expressamente designado para esse fim.

12.7. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao Contratante em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à Contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

12.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação/entrega qualquer obrigação financeira e/ou documentação comprobatória, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

12.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do Contrato.

12.10. Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim



a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

12.11. Deverá a Contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo Contratante, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

12.12. Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão Contratante, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

12.13. Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “*pro rata die*” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

12.14. Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração .

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto do presente Termo de Referência correrão por conta do Elemento de Despesa de n.o 6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

14. DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. A inexecução total ou parcial das condições avençadas poderá acarretar a rescisão do Contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato administrativo unilateral e motivado do Contratante, quando o CRESS 12ª REGIÃO/SC, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte da Contratada, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decidir rescindir o Contrato;

14.2.2. Amigável, por acordo formalizado no processo entre o CRESS 12ª REGIÃO/SC e a Contratada, desde que haja conveniência para o Contratante;



14.2.3. Judicial, quando a rescisão for discutida em instância judicial e se dará conforme os termos de sentença transitada em julgado;

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo e, no procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, o Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

14.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei no 8.666/1993, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, tendo ainda direito a, principalmente:

14.6.1. devolução da garantia apresentada;

14.6.2. pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

14.6.3. pagamento do custo de desmobilização.

14.7. Nos casos de rescisão, será necessário lavrar termo de encerramento de Contrato, decorrente de rescisão, devidamente assinado pelas partes contratantes.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, bem como demais legislações vigentes, quando infringidas as regras do presente instrumento ou, sem justificativa cabível, negar-se a licitante vencedora a assinar o contrato no prazo indicado.

15.1.2. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo.

14. DA COMPATIBILIDADE DA LICITAÇÃO COM OS RECURSOS DO CRESS/SC E TIPO DE CERTAME

14.1. O CRESS/SC não possui PPA e LDO, uma vez que os mesmos são instrumentos legislativos que fogem à sua competência normativa. Contudo, visando garantir segurança jurídica à Contratada, seguem as seguintes informações:



I – Demonstração da arrecadação em:

Exercício 2015 = R\$ 1.439.950,40

Exercício 2016 = R\$ 2.008.042,76

Exercício 2017 = R\$ 2.058.583,74

14.1.2. Projeção de arrecadação para:

Exercício 2018 = R\$ 2.251.559,68

Exercício 2019 = R\$ 2.298.392,12

Exercício 2020 = R\$ 2.346.198,68

15. AS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Na hipótese de contratação de pessoal para execução dos serviços objeto desta licitação fica ressalvada a inexistência de vínculo empregatício ou de quaisquer direitos trabalhistas em relação ao CRESS/SC.

15.2. Na execução dos serviços que lhe forem adjudicados o licitante vencedor observará o disposto na Lei 8.666/93, com suas alterações, e a legislação em vigor, sujeitando-se às penalidades estipuladas, sem prejuízo das contidas neste Edital e seus Anexos.

15.3. A critério do Contratante os quantitativos previstos nesta licitação poderão ser reduzidos ou aumentados, de acordo com § 1º, artigo 65, da Lei 8.666/93 e sua legislação subsequente.

15.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos e das propostas relativas ao presente Edital.

15.5. A presente licitação segue as determinações da Lei n. 8.666/93 e demais normativas vigentes;

15.6. Os anexos do presente instrumento, em especial o Anexo I – Projeto Base e Anexo II – Minuta de Contrato são partes integrantes e indissociáveis deste Edital.

Florianópolis/SC, 06 de setembro de 2018.

Miriam Martins Vieira da Rosa

CRESS nº 1312/12ª Região

Conselheira Presidente



ANEXO I - PROJETO BASE

AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos trabalhadores do CRESS 12ª Região/SC, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CRESS 12ª Região/SC.

1.2. A exigência de “chip eletrônico de segurança” já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que “A jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é lícita, conforme Acórdão 1.228/2014 – TCU – Plenário.”, proferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa, (...) mas que “a jurisprudência deste Tribunal já está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados”. (TCU. Acórdão n.o 4674/2014 – 2a Câmara, TC-020.023/2014-6, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.9.2014)

3. DO VALOR E DA QUANTIDADE ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A quantidade estimada de cartões alimentação e refeição é de aproximadamente 16(dezesseis) cartões, conforme tabela abaixo:

Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança				
Benefício/Auxílio	Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
Alimentação	08	22	R\$ 27,07	R\$ 595,54
Refeição	08	22	R\$ 24,01	R\$ 528,22

3.2. O valor mensal por colaborador em cada cartão é meramente estimativo, uma vez que é fixo apenas o valor do auxílio alimentação. O valor global estimado de crédito mensal



pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em todos os cartões, é de R\$ 8.990,00 (oito mil novecentos e noventa reais), sendo variável, pois é decorrente do número de funcionários contratados e dispensados, e do número de dias efetivamente trabalhados. Portanto **não é assegurado à Contratada um valor mínimo mensal.**

3.3. Os valores faciais fixos diários dos auxílios alimentação e refeição poderão sofrer reajustes acritério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.4. Por se tratarem de meras estimativas referenciais de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão pela qual não poderão ser exigidos e nem considerados como valores para pagamentos mínimos, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CRESS 12ª REGIÃO/SC, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

3.5. Para fins de proposta e contratação, será admitida a oferta de taxa de administração negativa (inferior a zero por cento), em que pese o disposto na Portaria MTB no 1.287, de 27/12/2017, in verbis: “Art. 1º No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador, é vedada à empresa prestadora a adoção de práticas comerciais de cobrança de taxas de serviço negativas às empresas beneficiárias, sobre os valores dos créditos vinculados aos documentos de legitimação.”

3.6.1. Isso, porque, conforme entendimentos recentes do Tribunal de Contas da União – TCU, e também do Superior Tribunal de Justiça - STJ, temos sinalizado que:

3.6.1.1. *“Para o Ministério do Trabalho, a vedação se justificaria porque a prática de taxas negativas – estratégia comercial utilizada para atrair grandes clientes – causa prejuízo aos trabalhadores, porquanto as empresas operadoras do serviço, para se compensar dos “descontos” oferecidos aos contratantes (empregadores), passam a cobrar mais de seus varejistas credenciados (restaurantes, supermercados), que, por sua vez, “repassam tais custos aos trabalhadores [via aumentos de preços], reduzindo, ao final, o poder de compra dos vales”. 4. O MPTCU, por sua vez, enfatizando a inexistência de previsão legal para a proibição, bem assim a aparente ausência de “estudos que apontem e quantifiquem – ou, ao menos, estimem – eventual redução do poder de compra do trabalhador em decorrência da prática de taxas negativas, tampouco que a sua vedação, por si só, seria medida apta e necessária a coibir as alegadas distorções”, afirma que a Portaria MTb 1.287 constitui: “ato administrativo normativo proibitivo ofensivo à legalidade (art. 5º, inc. II, da CF) e à razoabilidade e proporcionalidade (art. 2º da Lei 9.784/1999), por se mostrar aparentemente desprovido de evidências quanto à sua adequação para o atingimento dos resultados objetivados, quanto à sua necessidade, assim entendida como a ausência de medida alternativa tão ou mais eficaz e menos onerosa, e mesmo quanto à proporcionalidade em sentido estrito entre o ônus imposto aos empregadores participantes do PAT e os ganhos potenciais ao poder de compra do trabalhador, já que não se verificou qualquer estimativa a esse respeito. Se, ao contrário, ocorreram tais estudos de que ora se questiona, o ato, no mínimo, carece da devida motivação, nos termos dos arts. 2º, 29, §*



1º, e 50, inc. I e § 1º, da Lei 9.784/1999” (destaques do original).” (TCU. Acórdão n.o 1623/2018 – Plenário, TC-011.577/2018-5, rel. Ministro Benjamin Zymler, 18.7.2018)

3.6.1.2. “Em juízo de cognição sumária, entendo que são relevantes os argumentos trazidos pelas impetrantes a respeito dos vícios da Portaria que proibiu a aplicação das taxas de administração negativas às empresas beneficiárias. A observância das cautelas previstas na Portaria 1.127/2003 e na Portaria Interministerial 6/2005 para a fixação do regramento aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador - a exemplo do debate das alterações normativas perante a Comissão Tripartite Paritária e pelo respectivo Grupo Técnico - é importante para que haja o necessário equilíbrio entre os interesses envolvidos em questão, tendo em vista tratar-se de matéria sensível e capaz de produzir relevantes impactos sociais. A ausência de maior discussão durante o processo de elaboração da norma em avilte encontra-se corroborada no trecho citado da Nota Técnica 45/2018, quando se afirma que a Portaria 1.287/2017 não foi submetida ao debate pela comissões competentes haja vista a necessidade de se atender demanda das próprias empresas que atuam no segmento de benefícios ao trabalhador. Nesse ponto, impressiona-me a ausência de justificativa relacionada aos eventuais benefícios da alteração normativa proposta em favor do próprio funcionamento do PAT e dos interesses dos trabalhadores a serem albergados pelo referido ato. Por outro lado, a taxa de administração é apenas uma das fontes remuneratórias das sociedades empresárias que atuam na intermediação dos serviços de vale-refeição e vale-alimentação, considerando-se que tais agentes também ganham rendimentos decorrentes de aplicações financeiras da parcela que lhes é antecipada pelos contratantes, bem como da cobrança realizada dos estabelecimentos credenciados. Desse modo, a prática comercial que se utiliza da taxa de administração negativa, nesse primeiro exame, não me parece despida de racionalidade econômica, haja vista a existência de outros rendimentos compensatórios que viabilizam a atividade. Cuida-se, por outro viés, de medida compreendida na área negocial dos interessados, a qual fomenta a competitividade entre as empresas que atuam nesse mercado. Em razão disso, a proibição da utilização desse mecanismo por meio de uma portaria editada pelo Ministério do Trabalho - órgão do governo federal cuja missão institucional anunciada no seu sítio eletrônico é “tratar das políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; das políticas e diretrizes para a modernização das relações do trabalho; da fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário; da política salarial; da formação e desenvolvimento profissional; da segurança e saúde no trabalho; política de imigração e cooperativismo e associativismo urbanos” - ao menos nesse exame inicial, está em descompasso com o papel que lhe cabe na gestão pública. Saliente-se, portanto, que, no âmbito dos contratos firmados com a Administração Pública, o Plenário do Tribunal de Contas da União já reconheceu a legalidade da taxa de administração negativa “por não estar caracterizado, a priori, que essas propostas sejam inexecutáveis, devendo ser averiguada a compatibilidade da taxa oferecida em cada caso concreto, a partir de critérios objetivos previamente fixados no edital” (Acórdão 38/1996, Rel. Ministro Adhemar Paladini Ghisi).” (STJ. Mandado de Segurança no 24.174 - DF (2018/0066172-4), rel. Ministro Og Fernandes, 26.3.2018) (grifo nosso)



3.7. O preço global anual orçado (valor orçado para o ano de 2018) para presente contratação é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais). Até o presente momento, o valor anual estimado é de R\$ 107.880,00 (cento e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

4. DAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O auxílio alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

4.2. O auxílio refeição deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição de refeições prontas nos estabelecimentos credenciados.

4.3. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados com nome do usuário/colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão social do CRESS 12ª REGIÃO/SC e numeração de identificação sequencial, conforme disposto na legislação aplicável.

4.4. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização. A validade de cada cartão deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data de emissão.

4.5. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação deverão possibilitar a utilização do auxílio alimentação pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na aquisição de gêneros alimentícios “in natura”, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e devem contemplar todas exigências do item 5 do presente instrumento.

4.6. Os cartões com chip eletrônico de segurança refeição deverão possibilitar a utilização do auxílio refeição pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na aquisição de refeições prontas, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e e devem contemplar todas exigências do item 5 do presente instrumento.

4.7. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC durante a contratação, que possui credenciamento com pelo menos 06 (seis) das seguintes



redes de super/hipermercados listadas a seguir:

- Supermercados Angeloni; Supermercados Big; Supermercados Bistek; Supermercados Giassi; Supermercados Imperatriz; Supermercados Hippo; Supermercados Fort Atacadista; Supermercados Brasil Atacadista; Supermercados Rosa; Supermercados Hiperbom.

4.8. Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação e os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.9. O reembolso às empresas credenciadas deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do Contrato, ficando claro que o CRESS 12ª REGIÃO/SC não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

4.10. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

4.11. Será exigida da Contratada, durante a contratação, a manutenção de seu registro e de responsável(eis) técnico(s) nutricionista(s) em seus quadros no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados, conforme Lei Federal n.º 6839/80, Lei Federal n.º 6583/78 - Art. 15, Parágrafo único e Resolução CFN 378/05 - Art. 2º, Inciso VII; Art. 11; Art. 12.

4.12. Como critério de habilitação e contratação, deverá ser exigida das Licitantes a comprovação dos seguintes critérios de qualificação técnica e econômico-financeira:

4.12.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, se for empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de prova da eleição de seus administradores, também devidamente registrada;
- c) A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- d) Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

4.12.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



- b) rova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e o INSS (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa);
- d). Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (CND ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa).
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (CND ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa);
- f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS);

4.12.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidões negativas de falência ou concordata expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica proponente, com validade máxima de 60 (sessenta) dias da entrega dos envelopes.

4.12.4 Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de, no mínimo, 03 (três) atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o proponente executou serviços de acordo com o objeto desta licitação. Os atestados deverão ser apresentados, necessariamente, em papel timbrado; conter nome e CNPJ/MF da empresa contratante; nome e assinatura do responsável pela emissão do atestado;
- b) Apresentação de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público, conforme descrito no Anexo IV;
- c) Apresentação de declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme descrito no Anexo V;
- d) Comprovação de Inscrição/Registro da Licitante no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, tanto na categoria refeição convênio, como na categoria alimentação convênio, nos termos da Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto n.º 5, de 14 de janeiro de 1991, e da Portaria n.º 03, de 1º de março de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE;

4.12.5 Relativos à Lei Complementar n. 123/2006

- a) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da lei Complementar 123/06 deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador responsável pela contabilidade da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Certidão emitida pela Junta Comercial,



juntamente com todos os demais documentos previstos no item 6 deste Edital.

b) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) gozarão dos mesmos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/06 conforme o disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/07, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 6 deste Edital.

4.12.6 Disposições Gerais de Habilitação: Os documentos necessários à habilitação que não forem obtidos eletronicamente devem ser apresentados em cópias, desde que autenticadas através de cartório competente ou pela Comissão de Licitação mediante apresentação dos respectivos originais;

4.13. A Contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

4.14. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, nos locais por ele designados.

4.14.1. O prazo para a disponibilização dos créditos deverá ser de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

4.15. Os cartões alimentação e refeição de trabalhadores ativos que permanecerem sem utilização e sem créditos por um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias, apenas poderão ser cancelados mediante autorização do CRESS 12ª REGIÃO/SC, e desde que os referidos cartões não possuam créditos.

4.16. Os créditos disponibilizados nos cartões deverão ser cumulativos.

4.17. A Contratada, quando solicitado pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, deverá disponibilizar relatórios gerenciais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com as seguintes informações mínimas:

4.17.1. Nome do colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

4.17.2. Local, data e valor da utilização dos créditos pelos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC na rede de estabelecimentos credenciados/afiliados;

4.17.3. Quantidade de cartões com chip eletrônico de segurança alimentação/refeição reemitidos para cada colaborador do CRESS 12ª REGIÃO/SC.



4.18. Deverão ser disponibilizados os seguintes serviços para os/as trabalhadores/as/usuários dos cartões alimentação e refeição:

4.18.1. Consulta de saldo e extrato do cartão com chip eletrônico de segurança refeição e alimentação via internet;

4.18.2. Consulta de rede credenciada/afiliada atualizada via internet;

4.18.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

4.18.4. Solicitação de segunda via de cartão com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição e solicitação de segunda via de senha através de central telefônica.

4.19. A Contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento aos/as trabalhadores/as do CRESS 12ª REGIÃO/SC, com horário de funcionamento nos dias úteis de, no mínimo, das 08h00 às 18h00.

4.20. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em relação à execução dos serviços contratados.

4.21. Os custos com a emissão e envio das primeiras vias dos cartões ao CRESS 12ª REGIÃO/SC é de inteira responsabilidade da Contratada.

4.22. Os cartões deverão ser encaminhados à Sede do CRESS 12ª REGIÃO/SC, situada na Rua dos Ilhéus, nº 38, sl 1004/1005/1006, Centro, CEP: 88.010-560, Florianópolis/SC.

5. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

5.1. Além dos restaurantes, poderão ser credenciadas as redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.2. A Contratada deverá manter durante a contratação rede de credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, em número suficiente para o atendimento do quadro funcional do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

5.3. A contratada deverá garantir que os vales fornecidos serão aceitos em uma rede credenciada de grande porte, de forma a viabilizar a utilização plena e satisfatória por parte dos empregados do CRESS/SC.

5.4 É considerada de grande porte a rede credenciada que possua, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados para vale alimentação e 900 (novecentos) estabelecimentos credenciados para vale refeição especificamente na região metropolitana de Florianópolis.

5.5 A licitante vencedora deverá disponibilizar através de seu site ou enviar por endereço



eletrônico mensalmente ao CRESS/SC a relação atualizada dos estabelecimentos com os quais mantenha convênio, informando as inclusões e exclusões.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando sempre o bom desempenho dos serviços prestados e atendendo aos seus critérios de qualidade.

6.2. Refazer os cartões com chip eletrônico de segurança que apresentem erro de emissão ou problemas de qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que a 1ª via dos cartões, inclusive as refeitas, deverão ser sem ônus ao CRESS 12ª REGIÃO/SC. Nos casos dos cartões que estejam danificados e possuam crédito, deverá o novo cartão vir com as cargas correspondentes acompanhadas de extrato certificando o saldo.

6.3. Reembolsar os estabelecimentos, no valor dos cartões utilizados, respeitando as condições estabelecidas nos respectivos contratos de credenciamento, garantindo que, sob nenhum pretexto, sejam cobrados pelos conveniados/credenciados ágios, descontos ou taxas adicionais sobre o valor dos créditos em cartão dos usuários ou trabalhadores do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

6.4. Garantir, durante toda a contratação, a manutenção da rede mínima de estabelecimentos credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição.

6.5. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CRESS 12ª REGIÃO/SC, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

6.6. Acatar a fiscalização do CRESS 12ª REGIÃO/SC, comunicando-a de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

6.7. Atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos fiscais do Contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CRESS 12ª REGIÃO/SC, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

6.9. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto desta contratação sem o consentimento, por escrito, do CRESS 12ª REGIÃO/SC.



- 6.10. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato.
- 6.11. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.
- 6.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 6.13. Executar o objeto do Contrato por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários que no desempenho de suas funções causem ao CRESS 12ª REGIÃO/SC, podendo este solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.
- 6.14. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desta contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.
- 6.15. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CRESS 12ª REGIÃO/SC.
- 6.16. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.
- 6.17. Indicar seu representante junto ao CRESS 12ª REGIÃO/SC, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução do Contrato.
- 6.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela técnica, normas e legislação.
- 6.19. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei Federal no 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do CRESS 12ª REGIÃO/SC.
- 6.20. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales refeição, vales transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.



6.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

6.22. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o Contratante fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

6.23. Comunicar ao CRESS 12ª REGIÃO/SC, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

6.24. Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do Contrato.

6.25. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.26. Responsabiliza-se a Contratada pelos seguintes encargos, em especial:

6.26.1. Fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.

6.26.2. De possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato.

6.26.3. De providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

6.26.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação.

6.27. A inadimplência da Contratada relativa aos encargos do item 6.27 não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento nem onera o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressa e contratualmente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Administração.

6.28. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do Contrato e cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

6.29. São expressamente VEDADAS à Contratada:

6.29.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo



ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos;

6.29.2. A veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante.

6.29.3. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer espécie de operação financeira.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Enviar mensalmente arquivo contendo as informações individualizadas dos/as trabalhadores/as para crédito do auxílio alimentação e/ou refeição e cesta básica.

7.2. Cumprir todas as obrigações em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Contrato, do Edital e dos seus Anexos.

7.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.5. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6. Exercer a fiscalização da execução do Contrato por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei no 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias. Tal fiscalização, em hipótese nenhuma, atenua ou exime de responsabilidade a Contratada.

7.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

7.8. Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

7.9. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.10. Comunicar à Contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.11. Informar à Contratada os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato.

7.12. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos fortuito e de força maior, justificados e aceitos pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, não deverão ser interrompidos.



7.13. Verificar, durante toda a execução do Contrato, a manutenção, pela Contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.14. Impedir que terceiros estranhos à contratação prestem os serviços, sendo vedada todo e qualquer tipo de subcontratação.

7.15. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.16. Solicitar a substituição/reparação do objeto do Contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.17. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas no Contrato.

7.18. Acompanhar a execução do Contrato, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei no 8.666/93, através dos Fiscais do Contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada constantes deste Termo Referência, do Contrato e do Edital respectivos.

7.19. Verificar regularmente os preços praticados pela Contratada, de forma a obter um histórico para fins de avaliação quanto à oportunidade e à conveniência da manutenção do(s) Contrato(s) existente(s), e assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de modo a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para a CRESS 12ª REGIÃO/SC.

7.20. Fiscalizar, gerir e acompanhar a execução do objeto do Contrato, alertando a Contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a Contratada.

7.21. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

8. DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

8.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a Contratada deverá entregar ao Fiscal do Contrato sempre que solicitado, a documentação a seguir relacionada:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;



- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- g) Notas fiscais.

8.1.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “e” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

8.2. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da comunicação pelo Contratante, para serem formal e documentalmente esclarecidas pela Contratada.

8.3. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. O CRESS 12ª REGIÃO/SC pagará à Contratada os valores correspondentes aos valores dos créditos encomendados para os auxílios refeição e alimentação, acrescidos/subtraídos da Taxa de Administração única incidente sobre cada valor de encomenda de cada benefício.

9.2. Estão incluídos no valor de cada encomenda todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos desta contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objeto desta contratação, sem que caiba à Contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRESS 12ª REGIÃO/SC.

9.3. Os pedidos de auxílio-alimentação e auxílio-refeição poderão ser efetuados pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC concomitantemente, ou em datas e com valores diferenciados, razão pela qual o faturamento de cada auxílio deverá ser gerado separadamente com o encaminhamento de notas fiscais/faturas distintas.

9.4. A cada encomenda de crédito, a Contratada deverá apresentar ao Departamento de



Recursos Humano do Contratante, para fins de liquidação e pagamento, a nota fiscal/fatura referente aos créditos encomendados, conforme itens 12.1 e 12.2, em 02 (duas) vias.

9.5. A nota fiscal/fatura deverá indicar os dados bancários da Contratada, para fins de depósito dos pagamentos devidos. O pagamento será efetuado pelo Contratante mediante ordem bancária creditada em conta corrente da Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

9.6. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao Fiscal do Contrato ou a outro servidor expressamente designado para esse fim.

9.7. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao Contratante em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à Contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação/entrega qualquer obrigação financeira e/ou documentação comprobatória, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do Contrato.

9.10. Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

9.11. Deverá a Contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo Contratante, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

9.12. Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão Contratante, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9.13. Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “*pro rata die*” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.



10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto do presente Termo de Referência correrão por conta do Elemento de Despesa de n.º 6.2.2.1.1.01.04.01.002- Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

11. DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

11.2. A prestação dos serviços deverá iniciar-se no primeiro dia útil subsequente ao da assinatura do Contrato.

11.3. O Contrato poderá ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite total de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

11.3.1. Quando os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do Contrato;

11.3.2. A Contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

11.3.3. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

11.3.4. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o CRESS 12ª REGIÃO/SC;

11.3.5. A Contratada concorde expressamente com a prorrogação.

12. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CRESS 12ª REGIÃO/SC, e com a apresentação das devidas justificativas.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços ora contratados.

14. DO REAJUSTE DO CONTRATO

14.1. Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. A inexecução total ou parcial das condições avençadas poderá acarretar a rescisão do



Contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

15.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

15.2.1. Determinada por ato administrativo unilateral e motivado do Contratante, quando o CRESS 12ª REGIÃO/SC, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte da Contratada, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decidir rescindir o Contrato;

15.2.2. Amigável, por acordo formalizado no processo entre o CRESS 12ª REGIÃO/SC e a Contratada, desde que haja conveniência para o Contratante;

15.2.3. Judicial, quando a rescisão for discutida em instância judicial e se dará conforme os termos de sentença transitada em julgado;

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo e, no procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, o Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

15.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei no 8.666/1993, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, tendo ainda direito a, principalmente:

15.6.1. devolução da garantia apresentada;

15.6.2. pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

15.6.3. pagamento do custo de desmobilização.

15.7. Nos casos de rescisão, será necessário lavrar termo de encerramento de Contrato, decorrente de rescisão, devidamente assinado pelas partes contratantes.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, bem como demais legislações vigentes, quando infringidas as regras do presente instrumento ou, sem



justificativa cabível, negar-se a licitante vencedora a assinar o contrato no prazo indicado.

16.1.2. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Licitação do CRESS 12ª REGIÃO/SC, em conformidade com a legislação específica e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e à aprovação da Presidência do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

Florianópolis/SC, 06 de setembro de 2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

MARIA DOLORES THIESEN

DANIEL COLOMBRO

CASSIANO FERRAZ

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, recomendando-o para balizamento da Licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93.

MIRIAM MARTINS VIEIRA DA ROSA

Presidente do CRESS 12ª REGIÃO/SC



ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO PARA SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, ATRAVÉS DE CARTÕES COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, E RESPECTIVAS RECARGAS DE CRÉDITOS MENSAIS POR MEIOS ELETRÔNICOS

Contratante: O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 12º REGIÃO, pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Sl. 1005, Centro, CEP 88101 - 560, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001 - 99, representado por sua Presidente, xxxxxxx.

Contratada: _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, com sede na Rua _____, inscrita no PAT sob o n. _____, representada na forma de seu Contrato Social.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem como objeto a prestação, sob o regime de execução indireta, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos empregados do CONTRATANTE, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS CONTRATUAIS

2.1. O objeto será executado observadas as condições estabelecidas na Proposta apresentada pela CONTRATADA e nos demais documentos que fazem parte do Processo Licitatório nº004/2018 e do Termo de Referência respectivo, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste CONTRATO, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A quantidade estimada de cartões alimentação e refeição é de aproximadamente 16 (dezesesseis) cartões, conforme tabela abaixo:



Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança				
Benefício/Auxílio	Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
Alimentação	08	22	R\$ 27,07	R\$ 595,54
Refeição	08	22	R\$ 24,01	R\$ 528,22

3.2. O valor mensal por colaborador em cada cartão é meramente estimativo, uma vez que é fixo apenas o valor do auxílio alimentação e, ainda assim, para fazer jus a ambos os auxílios, o colaborador precisa preencher alguns requisitos. O valor global estimado de crédito mensal pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em todos os cartões, é de R\$ 8.990,00 (oito mil novecentos e noventa reais), sendo variável, pois é decorrente do número de funcionários contratados e dispensados, e do número de dias efetivamente trabalhados. Portanto **não é assegurado à Contratada um valor mínimo mensal.**

3.3. Os valores faciais fixos diários dos auxílios alimentação e refeição poderão sofrer reajustes a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.4. Por se tratarem de meras estimativas referenciais de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão pela qual não poderão ser exigidos e nem considerados como valores para pagamentos mínimos, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CRESS 12ª REGIÃO/SC, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

3.5. O auxílio alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.6. O auxílio refeição deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição de refeições prontas nos estabelecimentos credenciados.

3.7. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados com nome do usuário/colaborador do CONTRATANTE, razão



social do CONTRATANTE e numeração de identificação sequencial, conforme disposto na legislação aplicável.

3.8. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização. A validade de cada cartão deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data de emissão.

3.9. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação deverão possibilitar a utilização do auxílio alimentação pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na aquisição de gêneros alimentícios “in natura”, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados, de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e devem contemplar as exigências do edital de licitação.

3.10. Os cartões com chip eletrônico de segurança refeição deverão possibilitar a utilização do auxílio refeição pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na aquisição de refeições prontas, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.11. Além das quantidades mínimas de estabelecimentos conveniados para os benefícios de alimentação e refeição, a CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE durante a contratação, que possui credenciamento com pelo menos 06 (seis) das seguintes redes de super/hipermercados listadas a seguir: - Supermercados Angeloni; Supermercados Big; Supermercados Bistek; Supermercados Giassi; Supermercados Imperatriz; Supermercados Hippo; Supermercados Fort Atacadista; Supermercados Brasil Atacadista; Supermercados Rosa; Supermercados Hiperbom.

3.12. Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação e os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.13. O reembolso às empresas credenciadas deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência deste CONTRATO, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.14. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CONTRATANTE.

3.15. A CONTRATADA deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.



3.16. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo CONTRATANTE, nos locais por ele designados.

3.17. O prazo para a disponibilização dos créditos deverá ser de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do CONTRATANTE.

3.18. Os cartões alimentação e refeição de trabalhadores ativos que permanecerem sem utilização e sem créditos por um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias, apenas poderão ser cancelados mediante autorização do CONTRATANTE, e desde que os referidos cartões não possuam créditos.

3.19. Os créditos disponibilizados nos cartões deverão ser cumulativos.

3.20. A CONTRATADA, quando solicitado pelo CONTRATANTE, deverá disponibilizar relatórios gerenciais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com as seguintes informações mínimas:

3.21.1. Nome do colaborador do CONTRATANTE, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.20.2. Local, data e valor da utilização dos créditos pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na rede de estabelecimentos credenciados/afiliados;

3.20.3. Quantidade de cartões com chip eletrônico de segurança alimentação/refeição reemitidos para cada colaborador do CONTRATANTE.

3.21. Deverão ser disponibilizados os seguintes serviços para os/as trabalhadores/as/usuários dos cartões alimentação e refeição:

3.21.1. Consulta de saldo e extrato do cartão com chip eletrônico de segurança refeição e alimentação via internet;

3.21.2. Consulta de rede credenciada/afiliada atualizada via internet;

3.21.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.21.4. Solicitação de segunda via de cartão com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição e solicitação de segunda via de senha através de central telefônica.

3.22. A CONTRATADA deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento aos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE, com horário de funcionamento nos dias úteis de, no mínimo, das 08h00 às 18h00.

3.23. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas



pelo CONTRATANTE, em relação à execução dos serviços contratados.

3.24. Os custos com a emissão e envio das primeiras vias dos cartões ao CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.25. Os cartões deverão ser encaminhados à Sede do CONTRATANTE, situada na Rua dos Ilhéus, nº 38, sl 1004/1005/1006, Centro - CEP: 88.010-560, Florianópolis/SC.

3.26. Além dos restaurantes, poderão ser credenciadas as redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.27. A Contratada deverá manter durante a contratação rede de credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, em número suficiente para o atendimento do quadro funcional do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.28. A contratada deverá garantir que os vales fornecidos serão aceitos em uma rede credenciada de grande porte, de forma a viabilizar a utilização plena e satisfatória por parte dos empregados do CRESS/SC.

3.29. É considerada de grande porte a rede credenciada que possua, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados para vale alimentação e 900 (novecentos) estabelecimentos credenciados para vale refeição especificamente na região metropolitana de Florianópolis.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ORÇADO DO CONTRATO

4.1. O preço global anual orçado (orçamento previsto para o ano de 2018) é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), havendo variação conforme a demanda e demais fundamentos expostos no edital vinculado ao qual o presente contrato é vinculado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do objeto do presente CONTRATO correrão por conta do Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

5.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pelo CONTRATANTE.

5.3. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA



6.1. O prazo de vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6.1.1. A prestação dos serviços deverá iniciar-se no primeiro dia útil subsequente ao da assinatura deste CONTRATO.

6.2. O CONTRATO poderá ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite total de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente do CONTRATANTE:

6.2.1. Quando os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do CONTRATO;

6.2.2. A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

6.2.3. O CONTRATANTE ainda tenha interesse na realização do serviço;

6.2.4. O valor do CONTRATO permaneça economicamente vantajoso para o CONTRATANTE;

6.2.5. A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

6.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Prestar os serviços objeto do presente CONTRATO conforme estabelecido no Edital de Licitação, no Termo de Referência e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável descrita neste documento.

7.2. Executar fielmente o objeto contratado de acordo com as normas legais, verificando o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada durante a Licitação e as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

7.3. Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições do Termo de Referência, deste Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando sempre o bom desempenho dos serviços prestados e atendendo aos seus critérios de qualidade.

7.4. Refazer os cartões com chip eletrônico de segurança que apresentem erro de emissão ou problemas de qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que a 1ª via dos cartões, inclusive as refeitas, deverão ser sem ônus ao CONTRATANTE. Nos casos dos cartões que estejam danificados e possuam crédito, deverá o novo cartão vir com as cargas correspondentes acompanhadas de extrato certificando o saldo.



7.5. Reembolsar os estabelecimentos, no valor dos cartões utilizados, respeitando as condições estabelecidas nos respectivos contratos de credenciamento, garantindo que, sob nenhum pretexto, sejam cobrados pelos conveniados/credenciados ágios, descontos ou taxas adicionais sobre o valor dos créditos em cartão dos usuários ou trabalhadores do CONTRATANTE.

7.6. Garantir, durante toda a contratação, a manutenção da rede mínima de estabelecimentos credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, conforme estipulado neste CONTRATO.

7.7. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CONTRATANTE, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

7.8. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-a de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

7.9. Atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos fiscais deste CONTRATO, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

7.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste CONTRATO, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

7.11. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto desta contratação sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

7.12. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste CONTRATO.

7.13. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

7.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

7.15. Executar o objeto deste CONTRATO por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários que no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja



julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

7.16. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desta contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

7.17. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CONTRATANTE.

7.18. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

7.19. Indicar seu representante junto ao CONTRATANTE, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução deste CONTRATO.

7.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela técnica, normas e legislação.

7.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei Federal no 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do CONTRATANTE.

7.22. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales refeição, vales transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.

7.23. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências do CONTRATANTE.

7.24. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

7.25. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.



7.26. Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução deste CONTRATO.

7.27. Manter, durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.28. Responsabiliza-se a CONTRATADA pelos seguintes encargos, em especial:

7.28.1. Fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.

7.28.2. De possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do CONTRATO.

7.28.3. De providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

7.28.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação.

7.29. A inadimplência da CONTRATADA relativa aos encargos do item 7.28 não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento nem onera o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressa e contratualmente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

7.30. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução deste CONTRATO e cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

7.31. São expressamente VEDADAS à CONTRATADA:

7.31.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos;

7.31.2. A veiculação de publicidade acerca deste CONTRATO, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

7.31.3. Caucionar ou utilizar este CONTRATO para qualquer espécie de operação financeira.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Cumprir todas as suas obrigações em conformidade com as disposições deste CONTRATO, do Edital e dos seus Anexos.

8.2. Enviar mensalmente arquivo contendo as informações individualizadas dos/as



trabalhadores/as para crédito do auxílio alimentação e/ou refeição e cesta básica.

8.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.5. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6. Exercer a fiscalização da execução do CONTRATO por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei no 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias. Tal fiscalização, em hipótese nenhuma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

8.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste CONTRATO.

8.8. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

8.9. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste CONTRATO em desacordo com as respectivas especificações.

8.10. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.11. Informar à CONTRATADA os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução deste CONTRATO.

8.12. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos fortuito e de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não deverão ser interrompidos.

8.13. Verificar, durante toda a execução da CONTRATADA, a manutenção, pela CONTRATADA, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.14. Impedir que terceiros estranhos à contratação prestem os serviços, sendo vedada todo e qualquer tipo de subcontratação.

8.15. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.16. Solicitar a substituição/reparação do objeto deste CONTRATO que esteja em



desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.17. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

8.18. Acompanhar a execução deste CONTRATO, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei no 8.666/93, através dos Fiscais deste CONTRATO, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes do Termo Referência, deste CONTRATO e do Edital respectivo.

8.19. Verificar regularmente os preços praticados pela CONTRATADA, de forma a obter um histórico para fins de avaliação quanto à oportunidade e à conveniência da manutenção deste CONTRATO, e assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de modo a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para o CONTRATANTE.

8.20. Fiscalizar, gerir e acompanhar a execução do objeto deste CONTRATO, alertando a Contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

10.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, sempre que solicitado a CONTRATADA deverá fornecer a seguinte documentação atualizada:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e



g) Outros documentos que comprovem a regularidade da CONTRATADA.

10.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “f” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

10.2. As inconsistências ou dúvidas verificadas pelo CONTRATANTE na documentação da CONTRATADA terão o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir da comunicação pelo CONTRATANTE, para serem formal e documentalmente esclarecidas pela CONTRATADA.

10.3. A manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia mensal referente ao necessário para os créditos de Vale Alimentação e Vale Refeição a seus funcionários de acordo com o previsto na legislação em vigor acrescido de taxa de administração no importe de ____% (_____).

12.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 dias, contados da data da disponibilização do crédito no CARTÃO dos USUÁRIOS, mediante disponibilização online ou envio por endereço eletrônico pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

12.13. Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “pro rata die” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

12.5. Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

12.6. Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

12.7. Deverá a CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo CONTRATANTE, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.



12.8. Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão CONTRATANTE, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este CONTRATO poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, e com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial das condições avençadas poderá acarretar a rescisão do CONTRATO, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A rescisão do CONTRATO poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato administrativo unilateral e motivado do CONTRATANTE, quando este, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decidir rescindir o CONTRATO;

13.2.2. Amigável, por acordo formalizado no processo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, quando a rescisão for discutida em instância judicial e se dará conforme os termos de sentença transitada em julgado;

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo e, no procedimento que visa à rescisão do CONTRATO, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do CONTRATO até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, tendo ainda direito a, principalmente:



13.6.1. devolução da garantia apresentada;

13.6.2. pagamento devido pela execução do CONTRATO até a data da rescisão;

13.6.3. pagamento do custo de desmobilização.

13.7. Nos casos de rescisão, será necessário lavrar termo de encerramento de CONTRATO, decorrente de rescisão, devidamente assinado pelas partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

14.1. O presente CONTRATO fundamenta-se:

14.1.1. Nas normas 8.666/93, Lei Complementar n.º 123/06, Lei n.º 11.488/07, dos Decretos n.º 5.450/05 e 6.204/07, da Instrução Normativa – SLTI/MPDG n.º 05/2017, bem como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste CONTRATO;

14.1.2. Nos preceitos de direito público;

14.1.3. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

14.2. O presente CONTRATO vincula-se aos termos:

14.2.1. Do Edital da Tomada de Preço n.º 004/2018, e de todos os seus anexos, em especial do Termo de Referência respectivo;

14.2.2. Da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, bem como demais legislações vigentes, quando infringidas as regras do presente instrumento ou, sem justificativa cabível, negar-se a licitante vencedora a assinar o contrato no prazo indicado.

15.1.2. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

18.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e



achado conforme, é firmado o presente CONTRATO pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis/SC, ____/____/____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do CRESS/SC
CRESS/SC n. xxxx

XXXXXXXXXX
CNPJ/MF _____

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF n.

Nome:
CPF/MF n.



ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Ref. Tomada de Preço nº 004/2018 – CRESS 12ª REGIÃO/SC

Licitante: _____

CNPJ/MF nº: _____

Tel. nº: _____; Fax nº: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Valor Mensal Estimado de Créditos (a)	Valor Anual Estimado de Créditos (b) = (a x 12)	Taxa de Administração (C)	Preço Global Anual Estimado do Contrato (d) = (b) + (b x c)
R\$ 8.990,00	R\$ 107.880,00%	R\$

VALIDADE DA PROPOSTA:(.....) dias, contados da data da sua apresentação. ***Prazo de validade mínimo: 60 (sessenta) dias.**

Estão incluídos no valor de cada encomenda e da Taxa de Administração ofertada todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto do Edital do Tomada de Preço nº 004/2018, do CRESS 12ª REGIÃO/SC, e seus Anexos, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale alimentação para vale refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objeto desta contratação, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRESS 12ª REGIÃO/SC.

Declaramos, ainda, que o objeto ofertado atenderá a todas as exigências e cumprirá com todos os prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e Anexos respectivos.

******* Na hipótese de a proponente ser cooperativa, deverá anexar à proposta, também, declaração de que o modelo de gestão operacional que adota atende ao disposto nos incisos I e II do art. 10 da Instrução Normativa – MPDG/SLTI n.º 05/2017, sob pena de desclassificação.**

(Cidade) – (Estado), (dia) de (mês) de 2018.

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa



ANEXO IV
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº. e CPF nº., a participar do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços n. 001/2017 (Edital n. 005/2017) instaurado pelo CRESS/SC.

Na qualidade de representante legal outorga-se ao(a) acima credenciado(a), dentre outros poderes,

Florianópolis,de.....de.....

(assinatura do representante legal do proponente e carimbo)



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Comissão de Licitação do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de Santa Catarina – CRESS/SC.

Declaramos para os fins da Tomada de Preços n. XX/XX (Edital n. XX/XXX) do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de Santa Catarina – CRESS/SC, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Florianópolis,,de.....de.....

(assinatura do representante legal da empresa proponente e carimbo)



ANEXO VI
DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

....., inscrito no CNPJ/MF sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei n. 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz* ().

Florianópolis,.....de.....de.....

(assinatura do representante legal da empresa proponente e carimbo)

(*OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

